



Perspectivas

Nuno Cintra Torres

Docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A Universidade Lusófona assegura uma colaboração quinzenal com o *Confidencial*

Português, um activo digital por explorar

O português é hoje a sétima língua mais falada por autóctones no Mundo. Mas sejamos realistas. Mais de 190 milhões são brasileiros que utilizam o português com jeitos de falar próprios. Trata-se do pt_BR, o código de língua para o português brasileiro, definido por normas ISO (ISO 639-1 e ISO 3166-1 alpha-2) e normas *internet* (IETF language tag).

As características fonéticas do pt_BR fazem com que seja entendido por todos os falantes de português, ou seja, também pelos falantes do pt_PT, ou euro-africano. Mas o contrário não funciona. Nesta conformidade, a lusofonia, um conceito que, embora colocando a tónica na fonia e não na grafia se pretende como referido à língua tanto falada como escrita, é de facto igual a pt_BR.

Infelizmente, não há um português *mid-Atlantic*, como o sotaque inglês ligeiramente *upper class* da

costa Leste dos EUA que Hollywood popularizou nos anos 30 e 40, aceite e entendido nos dois lados do Atlântico. As novelas mantêm-se fiéis aos públicos domésticos e não há um sotaque português novelístico internacional. Mas há a língua escrita que, tal como o mandarim e o cantonês, apesar de dita de modos diferentes, é grafada de modo idêntico em todo os territórios onde o português é a língua base.

O Acordo Ortográfico, que também poderíamos designar por lusografia, é para europeus e africanos um instrumento mais interessante do que a lusofonia, porque tem muito mais vasta aplicação prática. A adopção do Acordo Ortográfico, inspirado na prática anglo-saxónica ao permitir algumas grafias diferentes, abriu um grande mercado para o português escrito. Um mercado

verdadeiramente mundial graças à *internet*.

As tecnologias digitais ampliaram infinitamente a importância e o âmbito da palavra escrita que saltou para todo o tipo de dispositivos de consumo. Os símbolos gráficos que são as letras e as palavras constituem hoje o mais poderoso instrumento de promoção e propagação do português. Na verdade, o português escrito é um dos mais importantes activos (comercial, cultural, político) de que dispomos na nova economia digital (segundo a Hachette, os livros electrónicos já representam 23% do mercado dos EUA). Todavia, a *web* em português é ainda pobre em conteúdos, não só em quantidade como em qualidade, para não referir a escassez de *eBooks*.

Falhada a oportunidade, há 15 anos, de produzir uma enciclopédia portuguesa em *CD-Rom*, que era então a tecnologia de ponta, poderia ser tentador replicar a ideia *online*. De facto, a enciclopédia é veículo de eleição para difundir uma língua e uma cultura. Mas a criação de uma en-

ciclopédia *online* autónoma hoje seria um desperdício.

Na minha opinião, o esforço de promoção do português por parte dos Estados de língua portuguesa deverá ser colocado no apoio à produção massiva de conteúdos em português, de alta qualidade, de toda a ordem de conhecimento, para colocação na grande enciclopédia da actualidade – a Wikipédia. Muitos dos actuais conteúdos na Wikipédia em português têm origem no Brasil e muitos são meras traduções de conteúdos da Wikipédia em inglês.

O objectivo deveria ser criar na *web* um *corpus* de conhecimento multinacional em português utilizando essa plataforma tecnológica já existente e de utilização fácil. Há outras acções a desenvolver. Actualmente, a expansão mundial do português não tem a correspondente expressão geopolítica. Os países da CPLP deveriam apoiar com vigor os esforços da diplomacia brasileira para a admissão do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU e do português como a sétima língua oficial da ONU.



Direito Aberto

Alexandra Maia de Loureiro

Advogada especialista em Mercados Financeiros – Sócia da SRS Advogados

Colaboração com a:



O Fundo Europeu de Estabilização

O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi criado pelo Regulamento (UE) 407/2010 do Conselho com o objectivo de funcionar como garantia da capacidade financeira da Zona Euro para os mercados externos e como verdadeira bomba de oxigénio para os Estados-membros, numa filosofia de que os países mais fortes da União Europeia (UE) ajudarão os mais fracos. Tendo sido apontado inicialmente como solução para os problemas financeiros que assolam vários Estados-membros, é considerado hoje apenas como parte da solução. Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, foi rápido em analisar este mecanismo como «um paliativo temporário para os pequenos países».

Solução, ou apenas parte dela, importa perceber no que consiste efectivamente o FEEF. O Tratado de Lisboa prevê a possibilidade de

ser concedida ajuda financeira da UE a um Estado-membro que se encontre em dificuldades financeiras que não consiga controlar. Utilizando a prerrogativa desta norma foi então criado o FEEF, que oferece a possibilidade de conceder apoio a Estados-membros com o objectivo expresso de assegurar estabilidade financeira na UE.

Os apoios podem assumir duas formas, o empréstimo ou a concessão de uma linha de crédito, pela UE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Estado-membro, o qual deve, para isso, apresentar as suas necessidades financeiras à Comissão Europeia (CE), que as avalia em colaboração com o Banco Central Europeu e apresentar ao Comité Económico e Financeiro um projecto de programa de ajustamento económico ou financeiro.

O FEEF foi constituído com 750 mil milhões de euros, montante que

rapidamente se verificou ser insuficiente dadas as limitações à capacidade efectiva de empréstimo, tendo em conta as necessidades financeiras de um resgate à Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, sendo que tais limitações têm por fim assegurar a concessão do *rating* máximo aos instrumentos de dívida emitidos pelo próprio FEEF.

Se, por um lado, o FEEF enviou um sinal de força aos mercados, claramente positivo para a UE, conseguindo transmitir a imagem de que existe convergência e união no espaço comunitário, por outro, os Estados-membros sabem que recorrer ao FEEF implica um processo de sujeição a condições gerais de política económica definidas pela Comissão Europeia (CE), envolvendo um controlo externo quase absoluto e uma perda irremediável da credibilidade.

Igualmente, não podemos ignorar as condições de remuneração

aplicáveis à 'ajuda' que têm sido dadas a outros países, designadamente à Irlanda e à Grécia, que nos levam à pergunta: será que o FEEF tem como objectivo principal preservar a estabilidade financeira da UE, ou visa primeiramente o retorno do investimento para os países que emprestaram o dinheiro?

Olhando para o actual quadro em Portugal, com uma crise política, económica e financeira profunda como pano de fundo, percebemos que o recurso aos apoios do FEEF/FMI era uma inevitabilidade e que se tratava, tão só, de uma questão de tempo. Contudo, mais do que assumirmos a nossa perda de credibilidade, que parece ser a tónica do discurso político actual, há que perceber que essa pode ser uma oportunidade para as mudanças que são urgentes e necessárias, sobretudo nesta nossa atitude alarmista. Efectivamente, há que perceber que, tendo passado os últimos anos a desempenhar o papel de cigarra... há que passar agora ao papel da formiga.

AGENDA

SEXTA, 08

- » INE divulga Estatísticas do Comércio Internacional, Índice de Custos de Construção de Habitação Nova e de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação
- » Eleições da Ordem dos Economistas para os órgãos regionais - Delegação Regional dos Açores - triénio 2011/14
- » Assembleia geral anual de accionistas da Martifer
- » MOTORCLÁSSICO - Salão Internacional de Automóveis e Motociclos Clássicos (até dia 10), no Parque das Nações, em Lisboa
- » Seminário *Marketing em Contextos de Mudança*, sobre *Marketing Emocional*, orador principal professor de Marketing da Faculdade de Economia do Porto, Carlos Melo Brito, na Universidade Lusófona, no Porto

SÁBADO, 09

- » MUNDO ABREU Feira de Viagens (Até ao dia 10), no Parque das Nações, em Lisboa

SEGUNDA, 11

- » Assembleia geral ordinária dos accionistas da EDP Renováveis
- » Assembleia geral ordinária dos accionistas da Ibersol
- » INE prevê divulgar índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços e de Produção, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Construção e Obras Públicas referentes a Fevereiro

TERÇA, 12

- » INE divulga índice de Preços no Consumidor referente a Março e Actividade Turística referente a Fevereiro

QUARTA, 13

- » *Fim de Tarde na Ordem*, com Pedro Santa Clara sobre *Universidades: o Desafio do Milénio*, na Ordem dos Economistas, em Lisboa

QUINTA, 14

- » Assembleia geral anual dos accionistas da EDP
- » Assembleia geral anual dos accionistas da Mota-Engil

SEXTA, 15

- » II Jornadas do Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no Auditório II da F.C. Gullbenkian, em Lisboa
- » Assembleia geral anual dos accionistas da BANIF
- » Assembleia geral anual dos accionistas da BRISA - Auto-Estradas de Portugal
- » Assembleia geral anual dos accionistas da REN - Redes Energéticas Nacionais
- » Assembleia geral anual dos accionistas da ZON Multimédia